

Sergio Cavalieri Filho

PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE CIVIL

12ª Edição
REVISTA E AMPLIADA

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. - 2015

© 2007 by Editora Atlas S.A.

As seis primeiras edições deste livro são da Editora Malheiros;
7. ed. 2007; 8. ed. 2008; 9. ed. 2010; 10. ed. 2012;
11. ed. 2014; 12. ed. 2015



Capa: Leonardo Hermano
Composição: CriFer – Serviços em Textos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Cavaliere Filho, Sergio
Programa de responsabilidade civil / Sergio Cavaliere Filho.
– 12. ed. – São Paulo : Atlas, 2015.

Bibliografia.
ISBN 978-85-97-00075-7
ISBN 978-85-97-00076-4 (PDF)

1. Responsabilidade (Direito) I. Título.

07-0381
CDU-347.51

Índice para catálogo sistemático:

1. Responsabilidade civil : Direito civil 347.51

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

Sumário

Apresentação, xix

Prefácio à 4ª Edição, xxi

Objetivo do Trabalho, xxv

Introdução, 1

Sistema Brasileiro de Responsabilidade Civil, 1

I – De um sistema singelo a um sistema complexo, 1

II – Fatores da evolução, 3

III – As cláusulas gerais de responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002, 7

IV – O diálogo das fontes, 8

V – O futuro da responsabilidade, 9

Capítulo I – Responsabilidade, 15

1 Conceito, 15

1.1 Dever jurídico originário e sucessivo, 16

1.2 Distinção entre obrigação e responsabilidade, 16

1.2.1 Da obrigação de indenizar, 18

2 Posicionamento da responsabilidade na teoria geral do Direito, 20

2.1 Fato jurídico, 21

2.2 Ato jurídico e negócio jurídico, 21

2.3 Ato ilícito, 22

2.4 Duplo aspecto da ilicitude, 23

2.5 Ato ilícito em sentido estrito e amplo, 25

3 Função da responsabilidade civil, 28

3.1 Princípio da reparação integral, 28

3.1.1 O parágrafo único do artigo 944 do Código Civil e o princípio da reparação integral, 30

4 Espécies de responsabilidade, 31

4.1 Responsabilidade civil e penal, 31

4.2 Responsabilidade contratual e extracontratual, 33

- 4.3 Responsabilidade subjetiva e objetiva, 34
- 4.4 Responsabilidade nas relações de consumo, 34
- 5 Pressupostos da responsabilidade subjetiva, 35
 - 5.1 Exclusão de ilicitude, 36
 - 5.2 Quadro sinótico da responsabilidade civil, 38

Capítulo II – Responsabilidade Extracontratual Subjetiva – Pressupostos: Conduta Culpável, 39

- 6 A conduta, 40
 - 6.1 Conceito, 41
 - 6.2 Ação, 41
 - 6.3 Conduta omissiva, 41
 - 6.4 Fato próprio, de outrem e da coisa, 42
- 7 A imputabilidade, 42
 - 7.1 Conceito, 43
 - 7.2 Elementos, 43
 - 7.3 Menoridade, 43
 - 7.4 Insanidade, 44
 - 7.5 Responsabilidade dos incapazes, 45
- 8 A culpa *lato sensu*, 46
 - 8.1 Dolo e culpa – distinção, 49
 - 8.2 Dolo – conceito, 49
 - 8.3 Elementos, 50
 - 8.4 Culpa – *stricto sensu*, 50
 - 8.5 O dever de cuidado, 50
 - 8.5.1 Erro de conduta, 51
 - 8.6 Conceito, 53
 - 8.7 Elementos da conduta culposa, 54
 - 8.8 Previsão e previsibilidade, 54
 - 8.9 Falta de cuidado, 55
 - 8.10 Imprudência, negligência e imperícia, 55
- 9 Espécies de culpa, 56
 - 9.1 Culpa grave, leve e levíssima, 56
 - 9.2 Culpa contratual e extracontratual, 58
 - 9.3 Culpa *in eligendo*, *in vigilando* e *in custodiando*, 58
 - 9.4 Culpa presumida e culpa contra a legalidade, 58
 - 9.5 Culpa concorrente, 62

Capítulo III – Responsabilidade Extracontratual Subjetiva – Pressupostos: Nexo Causal, 65

- 10 Conceito, 65
- 11 Teorias, 67
 - 11.1 Teoria da equivalência dos antecedentes, 68
 - 11.2 Teoria da causalidade adequada, 69
- 12 A teoria acolhida pelo nosso Direito Civil, 70
 - 12.1 O artigo 403 do Código Civil, 71
 - 12.2 Direito comparado, 74
- 13 Aplicação da teoria da causalidade adequada – casos concretos, 74

- 13.1 Primeiro caso, 75
- 13.2 Segundo caso, 76
- 13.3 Mitigação do nexa causal, 78
- 13.4 Concorrência de causas, 81
- 14 Concausas, 83
 - 14.1 Concausas preexistentes, 83
 - 14.2 Concausas supervenientes ou concomitantes, 84
 - 14.3 Coparticipação. Causalidade comum, 85
 - 14.3.1 Causalidade alternativa, 86
 - 14.3.2 Solidariedade passiva, 87
- 15 Relação causal por omissão, 88
 - 15.1 A relevância jurídica da omissão, 89
 - 15.2 A disciplina da omissão no direito positivo, 90
 - 15.3 A cláusula geral da responsabilidade por omissão, 92
 - 15.4 Novos desafios da responsabilidade por omissão, 93
 - 15.5 Ônus da prova do nexa causal, 93
- 16 Exclusão do nexa causal. Isenção de responsabilidade, 95
 - 16.1 Fato exclusivo da vítima, 95
 - 16.2 Fato de terceiro, 96
 - 16.3 Caso fortuito e força maior, 97

Capítulo IV – Responsabilidade Extracontratual Subjetiva – Pressupostos: O Dano, 101

- 17 Conceitos e modalidades, 102
 - 17.1 Conceito de dano, 102
 - 17.2 Modalidades de dano, 103
- 18 Dano patrimonial, 103
 - 18.1 Dano emergente, 104
 - 18.2 Lucro cessante, 105
 - 18.3 Princípio da razoabilidade, 105
 - 18.4 A perda de uma chance, 107
- 19 Dano moral, 116
 - 19.1 Evolução doutrinária. Fase da irreparabilidade, 119
 - 19.2 Inacumulabilidade do dano moral e material, 120
 - 19.3 Posicionamento atual, 121
 - 19.4 Configuração do dano moral, 121
 - 19.4.1 Dano moral e inadimplemento contratual, 123
 - 19.4.2 Inexistência de dano moral por fato praticado no exercício regular de direito, 124
 - 19.4.3 A prova do dano, 126
 - 19.4.4 Legitimação para pleitear o dano moral. Indeterminação de ofendidos, 128
 - 19.4.5 Transmissibilidade do dano moral, 131
 - 19.5 Arbitramento do dano moral, 134
 - 19.5.1 Dano moral punitivo, 136
 - 19.6 Dano moral contra pessoa jurídica, 139
 - 19.7 Dano difuso e coletivo, 142
 - 19.7.1 Dano moral coletivo, 144

- 19.8 Dano estético, 146
- 19.9 Dano material reflexo, 148
- 19.10 Dano à imagem, 149
 - 19.10.1 Uso da imagem de pessoa falecida. Direito próprio e novo dos herdeiros, 151
 - 19.10.2 Valor da indenização pelo uso indevido da imagem, 153
 - 19.10.3 Abandono afetivo, 154
- 19.11 Liberdade de informação *versus* inviolabilidade da vida privada, 156
 - 19.11.1 Conceito de privacidade, 157
 - 19.11.2 Conceito de liberdade de expressão, 157
 - 19.11.3 Conceito de liberdade de informação, 157
 - 19.11.4 As duas vertentes da liberdade de informação, 158
 - 19.11.5 Restrição à liberdade de informação, 159
 - 19.11.6 Limite entre a vida privada e a pública, 165
 - 19.11.7 Direito ao esquecimento, 168
- 20 Liquidação do dano – critérios para a sua quantificação, 174
- 20A O dano emergente – critério da diferença, 175
- 20B Lucro cessante – critério da razoabilidade, 176
- 20C A perda de uma chance – critério da razoabilidade, 177
- 20D Dano moral – critério do arbitramento, 177
- 20E Dano coletivo, difuso e dano moral coletivo – técnica da estimativa e do valor do desestímulo, 178
- 20F Outros critérios legais, 179
- 20G Estimativa das partes – cláusula penal, 179
- 20H Presunção de prejuízo – juros de mora, 179
- 20I Indenização pela morte de filho menor, 179
- 20J Indenização por redução da capacidade laborativa de aposentados e pensionistas, 181
- 20K Critério da equidade, 182
- 20L Morte da vítima, 182
- 20M Lesão leve ou grave, 184
 - 20.1 Inabilitação da vítima para a profissão que exercia, mas não para outra, 184
 - 20.2 Pensão aos pais pela morte de filho. Termo final, 186
 - 20.3 Pensão a filho menor pela morte do pai. Termo final, 186
 - 20.4 Indenizações previdenciária e comum não se compensam, 186
 - 20.5 Seguro obrigatório e indenização comum. Compensação, 188
 - 20.6 O 13º salário, 188
 - 20.7 Correção monetária, 189
 - 20.8 Juros moratórios, 190
 - 20.9 Legitimados para postular a indenização, 193
 - 20.10 Constituição de capital para garantir a pensão, 194
 - 20.11 Verba honorária, 194
 - 20.12 Revisão do pensionamento, 195
 - 20.13 Prescrição e decadência, 196
 - 20.13.1 Causas que impedem ou suspendem a prescrição, 200
 - 20.13.2 Prazo prescricional no Código do Consumidor e no Direito Público, 202

20.13.3 O artigo 200 do Código Civil, 203

20.13.4 Objeções à plena aplicação do artigo 200 do Código Civil, 207

Capítulo V – Responsabilidade Extracontratual Objetiva, 213

- 21 Evolução doutrinária, 213
 - 21.1 Fatores da evolução da responsabilidade objetiva, 214
 - 21.2 Fases da evolução, 215
- 22 A teoria do risco, 215
- 23 Modalidades do risco, 216
 - 23.1 O risco proveito, 216
 - 23.2 O risco profissional, 217
 - 23.3 O risco excepcional, 217
 - 23.4 O risco criado, 217
 - 23.5 O risco integral, 218
- 24 O risco e o dever de segurança, 219
 - 24.1 Campo de incidência da responsabilidade objetiva, 220
- 25 Evolução da responsabilidade objetiva, 221
 - 25.1 Responsabilidade das estradas de ferro, 221
 - 25.2 Acidente do trabalho, 222
 - 25.3 Seguro obrigatório, 227
 - 25.3.1 Outras questões sobre DPVAT, 228
 - 25.4 Outras hipóteses de responsabilidade objetiva, 229
- 26 Socialização dos riscos, 234

Capítulo VI – A Responsabilidade Objetiva no Código Civil, 237

- 27 O abuso do direito como ato ilícito, 238
 - 27.1 Origem, conceito e finalidade, 238
 - 27.2 Teorias sobre o abuso do direito, 241
 - 27.3 Características da ilicitude do abuso do direito, 241
 - 27.4 O abuso do direito como princípio geral, 242
 - 27.5 Excesso manifesto, 244
 - 27.6 Os limites estabelecidos pela lei, 245
 - 27.6.1 Fim econômico, 245
 - 27.6.2 A jurisprudência, 245
 - 27.6.3 Fim social, 250
 - 27.6.4 Boa-fé objetiva, 251
 - 27.6.5 Bons costumes, 253
- 28 Responsabilidade pelo desempenho de atividade de risco, 253
 - 28.1 Teoria do risco criado, 254
 - 28.2 Atividade normalmente desenvolvida, 254
 - 28.3 Por sua natureza implicar risco, 256
- 29 O dever de segurança, 258
- 30 Fato da atividade, 258
- 31 Campo de incidência da norma, 259
- 32 Responsabilidade dos empresários e empresas por danos causados por produtos, 263
 - 32.1 Teoria do risco da atividade empresarial, 264

- 33 Fato do produto, 264
- 34 O dever de segurança, 265
 - 34.1 Risco inerente ao produto, 266
- 35 Os responsáveis, 267
- 36 Excludentes de responsabilidade pela atividade de risco e pelo dano causado por produto, 267
- 37 O risco do desenvolvimento, 269
- 38 Conclusão, 270

Capítulo VII – Responsabilidade por Fato de Outrem, 272

- 39 Responsabilidade direta e indireta, 272
- 40 Responsabilidade objetiva dos responsáveis, 274
- 41 Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores, 276
- 42 Exclusão da responsabilidade dos pais, 277
- 43 Acidente causado por filho habilitado para dirigir, 278
- 44 Questões de Direito Intertemporal, 280
- 45 Responsabilidade dos tutores e curadores, 280
- 46 Responsabilidade do empregador ou comitente, 281
 - 46.1 Responsabilidade objetiva do empregador, 281
 - 46.2 Teoria da substituição, 282
- 47 Campo de incidência do inciso III do artigo 932, 283
- 48 Noção de preposição, 284
- 49 Exoneração da responsabilidade do patrão, 285
- 50 Abuso ou desvio de atribuições do empregado, 287
 - 50.1 Ação regressiva e solidariedade, 287
- 51 Responsabilidade das locadoras de veículos, 288
 - 51.1 Fundamentos da Súmula, 288
- 52 Responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, hotéis e similares, 290
- 53 Participação gratuita no produto de crime, 292

Capítulo VIII – Responsabilidade pelo Fato das Coisas, 293

- 54 Caracterização do problema, 293
- 55 A noção de guarda, 294
 - 55.1 A noção de guarda intelectual, 295
- 56 O proprietário é o guarda presumido da coisa, 296
- 57 Responsabilidade do proprietário no caso de furto ou roubo do veículo, 297
- 58 Veículo emprestado, 298
- 59 Responsabilidade objetiva ou culpa presumida?, 300
 - 59.1 Inexistência de regra no Código Civil, 301
- 60 Jurisprudência brasileira, 302
 - 60.1 Acidente em escada rolante, 302
 - 60.2 Acidente em elevador, 303
 - 60.3 Acidente imobiliário, 303
- 61 Incidência do Código do Consumidor, 304
- 62 Responsabilidade das empresas de *leasing* pela coisa arrendada, 304
- 63 Veículo alienado, mas não transferido no DETRAN, 305
 - 63.1 Venda simulada, 306

- 64 Responsabilidade por fato de animais, 307
- 65 Responsabilidade objetiva ou culpa presumida?, 309
- 66 Responsabilidade pela ruína de edifício, 310
- 67 Responsabilidade do dono do edifício, 313
- 68 Culpa presumida do dono do edifício ou responsabilidade objetiva?, 314
- 69 Responsabilidade por coisas caídas do prédio, 315
- 70 Responsabilidade do habitante, 316
- 71 Natureza da responsabilidade do habitante, 316

Capítulo IX – Responsabilidade da Administração Pública, 319

- 72 Evolução histórica, 319
 - 72.1 A irresponsabilidade do Estado, 320
 - 72.2 Concepção civilista, 320
 - 72.3 A teoria do órgão, 321
 - 72.4 A culpa anônima, 322
 - 72.5 A responsabilidade objetiva, 323
 - 72.6 Teoria do risco administrativo e o dever de segurança, 324
 - 72.7 Teoria do risco integral, 325
- 73 A responsabilidade do Estado no Direito Brasileiro, 325
 - 73.1 O artigo 15 do Código Civil de 1916, 326
 - 73.2 Precusores da responsabilidade objetiva do Estado, 326
 - 73.3 A Constituição de 1946, 327
- 74 O § 6º do artigo 37 da Constituição de 1988, 327
 - 74.1 Acolhimento da teoria do risco administrativo, 328
 - 74.1.1 A questão da bala perdida, 330
 - 74.1.2 Exclusão da responsabilidade estatal, 331
 - 74.2 Concorrência de causas. Culpa concorrente, 331
 - 74.3 O sentido do vocábulo agente, 332
 - 74.3.1 Legitimação passiva do agente (ou servidor) para a ação indenizatória, 333
 - 74.4 O sentido do vocábulo terceiros, 335
 - 74.5 Danos por omissão do Estado, 335
 - 74.6 Responsabilidade dos prestadores de serviços públicos, 340
 - 74.6.1 Responsabilidade subsidiária do Estado e não solidária, 344
 - 74.6.2 Responsabilidade dos tabeliães, notários e oficiais de registro, 345
- 75 Danos decorrentes de obras públicas, 351
- 76 Danos decorrentes de coisas ou pessoas perigosas de que o Estado tem a guarda, 353
- 77 Danos decorrentes de fenômenos da Natureza e fato de terceiro, 354
- 78 Responsabilidade subjetiva do Estado, 356
- 79 Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de atos judiciais, 358
 - 79.1 Adeptos da tese da irresponsabilidade, 358
 - 79.2 A posição do Supremo Tribunal Federal, 359
 - 79.3 Argumentos contra a irresponsabilidade, 359
 - 79.4 Colocação do tema em face da Constituição de 1988, 360
 - 79.4.1 O artigo 5º, LXXV da Constituição. Erro judiciário, 361
 - 79.5 Responsabilidade pela atividade jurisdicional – ato judicial típico, 361
 - 79.5.1 Responsabilidade por ato jurisdicional cautelar, 364

- 79.6 Responsabilidade pela atividade judiciária, 365
- 79.7 Responsabilidade pessoal do juiz, 367
- 80 Responsabilidade por atos legislativos, 368
 - 80.1 Leis de efeitos concretos, 369
 - 80.2 Leis inconstitucionais, 369

Capítulo X – Responsabilidade Contratual, 370

- 81 Origem, 370
 - 81.1 Transmutação da responsabilidade aquiliana em contratual, 371
- 82 Conceito, 372
- 83 Unificação da responsabilidade, 373
- 84 Diferenças entre a responsabilidade contratual e a extracontratual, 374
 - 84.1 Relação jurídica preexistente, 374
 - 84.2 Culpa presumida, 375
- 85 Pressupostos da responsabilidade contratual, 375
 - 85.1 Existência de contrato válido, 375
 - 85.2 Inexecução do contrato, 376
 - 85.3 Dano e nexos causal, 378
 - 85.3.1 Excludentes da responsabilidade contratual – impossibilidade, 379
- 86 Inadimplemento e mora, 381
 - 86.1 Mora e inadimplemento. Conceitos, 381
 - 86.2 Distinção entre mora e inadimplemento, 382
 - 86.2.1 A violação positiva do contrato, 384
 - 86.3 Espécies de mora, 385
- 87 Juros de mora e cláusula penal, 385
 - 87.1 Função da cláusula penal, 386
 - 87.2 Cláusula penal compensatória, 386
 - 87.3 Cláusula penal moratória, 387
 - 87.4 Responsabilidade pré e pós-contratual, 388

Capítulo XI – Responsabilidade do Transportador, 392

- 88 O contrato de transporte: importância social e jurídica, 393
 - 88.1 Alguns dados estatísticos, 393
 - 88.2 Omissão do Código de 1916, 394
- 89 O tríplice aspecto da responsabilidade do transportador, 395
 - 89.1 Responsabilidade em relação a terceiros, 395
 - 89.2 Responsabilidade em relação aos empregados, 397
 - 89.3 Responsabilidade em relação aos passageiros, 397
- 90 Características do contrato de transporte de passageiros, 397
 - 90.1 Obrigação de segurança. Cláusula de incolumidade, 398
- 91 Origem e evolução da responsabilidade contratual do transportador, 398
 - 91.1 A Lei das Estradas de Ferro – Decreto nº 2.681/1912, 399
- 92 Presunção de responsabilidade, e não simples culpa presumida, 400
 - 92.1 Entendimento dominante, 401
 - 92.2 O advento do Código do Consumidor, 401
- 93 Exclusão de responsabilidade do transportador, 403

- 93.1 O fortuito interno e o externo, 404
 - 93.2 O fato exclusivo do passageiro, 405
 - 93.3 O fato exclusivo de terceiro, 407
 - 93.4 Arremesso de pedra contra trem ou ônibus e assalto no curso da viagem, 408
 - 93.5 A necessidade de um seguro social, 413
 - 94 Início e término da responsabilidade do transportador, 413
 - 94.1 Início da execução do contrato, 414
 - 94.2 O entendimento da jurisprudência, 414
 - 94.3 Início e término do transporte rodoviário, 415
 - 95 Transporte gratuito, 415
 - 95.1 Transporte aparentemente gratuito, 415
 - 95.2 Transporte puramente gratuito, 416
 - 95.3 O artigo 736 do Código Civil, 417
 - 95.4 Responsabilidade aquiliana, 417
 - 95.5 Transporte clandestino, 419
 - 96 A cláusula de não indenizar, 420
 - 97 Responsabilidade do transportador aéreo, 420
 - 97.1 Transporte aéreo internacional, 420
 - 97.2 A Convenção de Varsóvia e o Código do Consumidor, 421
 - 97.2.1 A força maior e a responsabilidade do transportador aéreo, 432
 - 97.3 Transporte aéreo nacional ou interno, 435
 - 97.4 A responsabilidade limitada do Código Brasileiro de Aeronáutica e o Código do Consumidor, 435
 - 97.5 Responsabilidade extracontratual do transportador aéreo, 438
 - 97.6 Revogação do artigo 269 do Código Brasileiro de Aeronáutica, 439
 - 97.7 Responsabilidade por danos causados ao passageiro ou terceiros no recinto do aeroporto, 439
 - 98 Transporte de mercadorias, 440
 - 98.1 Transporte terrestre de mercadorias, 441
 - 98.2 Transporte aéreo de mercadorias, 441
 - 98.3 Transporte marítimo de mercadorias, 443
 - 99 Transporte de valores, 444
 - 100 Desnecessidade de vistoria, 445
- Capítulo XII – Responsabilidade do Construtor e do Incorporador, 448**
- 101 Natureza da responsabilidade, 448
 - 102 Responsabilidade do construtor em relação ao dono da obra, 449
 - 103 Obrigação de resultado, 450
 - 104 Vícios ou defeitos ocultos, 450
 - 105 O alcance do artigo 1.245 do Código Civil de 1916, 451
 - 105.1 Interpretação evolutiva, 451
 - 105.2 A lição de Hely Lopes Meirelles, 453
 - 105.3 Modificação da legislação francesa, 454
 - 105.4 O artigo 618 do Código Civil, 454
 - 106 Natureza do prazo previsto no artigo 1.245 do Código de 1916, 454
 - 106.1 Prazo de ordem pública, 455

- 106.2 Prazo de garantia e não de caducidade, nem prescricional, 455
- 106.3 O parágrafo único do artigo 618 do Código Civil, 456
- 107 Conceito de solidez e segurança da obra, 457
- 108 Responsabilidade extracontratual do construtor, 459
 - 108.1 Responsabilidade solidária do dono da obra, 459
- 109 Responsabilidade do incorporador, 460
 - 109.1 Conceito de incorporação, 461
 - 109.2 Obrigação do incorporador, 461
 - 109.3 Solidariedade entre o incorporador e o construtor, 462
 - 109.4 Incidência do Código do Consumidor, 464
 - 109.4.1 Incidência do Código do Consumidor na fase pré-contratual da incorporação, 465
 - 109.4.2 Incidência do Código do Consumidor na fase contratual da incorporação, 466
 - 109.4.3 Incidência do Código do Consumidor quanto à segurança da obra, 467
 - 109.4.4 Incidência do Código do Consumidor quanto à qualidade da obra, 468

Capítulo XIII – Responsabilidade dos Médicos, Advogados e de Outros Profissionais, 470

- 110 Considerações gerais, 470
- 111 Natureza da responsabilidade médica, 471
- 112 A responsabilidade pessoal do médico, 472
- 113 A prova da culpa, 473
 - 113.1 O erro profissional – a lição de Carvalho Santos, 474
 - 113.2 O entendimento de Nélson Hungria, 475
 - 113.3 O erro de diagnóstico, 475
 - 113.4 A posição da jurisprudência, 476
 - 113.5 Equipe cirúrgica e o erro anestésico, 476
 - 113.6 Inversão do ônus da prova, 479
 - 113.7 Violação do sigilo profissional, 480
 - 113.8 O dever de informar, 480
 - 113.9 A perda de uma chance, 482
- 114 Cirurgia estética – obrigação de meio ou de resultado?, 485
- 115 Responsabilidade médica empresarial – hospitais, clínicas e casas de saúde, 489
 - 115.1 Responsabilidade dos médicos e hospitais no seguro de saúde, 496
 - 115.2 Exclusão da responsabilidade médica, 498
 - 115.3 O risco inerente do serviço, 500
- 116 Responsabilidade de outras profissões, 501
 - 116.1 Responsabilidade dos dentistas, 501
- 117 Responsabilidade do advogado, 502
 - 117.1 Disciplina jurídica da advocacia, 503
 - 117.2 Aspectos da responsabilidade civil do advogado, 504
 - 117.3 Sociedade de advogados, 505
 - 117.4 Advogado profissional liberal, 507
 - 117.5 Responsabilidade por omissão, 507
 - 117.6 Obrigação de meio e de resultado – erro profissional, 508
 - 117.7 Obrigação de recorrer, 509

- 117.8 A perda de uma chance, 510
- 117.9 A advocacia e o Código do Consumidor, 512
- 117.10 Ofensa irrogada em juízo, 513

Capítulo XIV – Responsabilidade das Instituições Bancárias, 515

- 118 Natureza da responsabilidade bancária, 515
- 119 Incidência do Código do Consumidor, 516
 - 119.1 Depósitos bancários, 519
 - 119.2 Cheque falsificado, 520
 - 119.3 A Súmula 28 do Supremo Tribunal Federal, 521
 - 119.4 Recusa de pagamento de cheque regular, 521
 - 119.5 Violação do sistema eletrônico, 522
 - 119.6 Cartão de crédito, 524
- 120 Cofre bancário de aluguel – natureza jurídica, 527
 - 120.1 Responsabilidade do banco pelos bens guardados nos cofres – a cláusula de segurança, 528
 - 120.2 A prova do dano, 528
- 121 Responsabilidade extracontratual dos bancos, 530
 - 121.1 Fundamento jurídico, 530
 - 121.2 Protesto indevido de título, 531
 - 121.3 Responsabilidade por assalto, 532

Capítulo XV – Responsabilidade do Segurador, 535

- 122 Importância socioeconômica do seguro, 535
- 123 Risco – elemento material do seguro, 536
 - 123.1 Conceito de seguro, 537
 - 123.2 Risco objetivo e subjetivo, 538
- 124 Mutualismo – base econômica do seguro, 538
 - 124.1 O princípio da mutualidade, 539
 - 124.2 Os princípios da garantia e da confiança, 539
 - 124.3 Equilíbrio econômico entre risco e prêmio, 539
 - 124.4 O princípio da boa-fé. Alma do seguro, 540
 - 124.5 O princípio da solidariedade – cerne do seguro, 541
- 125 Espécies de seguro, 542
 - 125.1 Seguro de coisas – valor de mercado, 542
 - 125.1.1 Cosseguro e seguro cumulativo, 544
 - 125.2 Seguro de pessoas, 544
 - 125.2.1 Seguro em grupo, 545
 - 125.2.2 Formação do contrato de seguro em grupo, 546
 - 125.2.3 Natureza jurídica do contrato, 547
 - 125.3 Seguro de saúde, 548
 - 125.4 Seguro de responsabilidade civil, 549
- 126 Contrato de adesão, 550
- 127 Características da responsabilidade do segurador, 551
 - 127.1 Risco contratual, 552
 - 127.2 Dever de garantia – fundamento da responsabilidade do segurador, 553

- 127.3 Cláusulas limitativas do risco, 553
- 127.4 O seguro e a concepção social do contrato, 555
- 127.5 Cláusulas abusivas, 556
- 128 Excludentes de responsabilidade do segurador, 559
 - 128.1 As declarações do segurado, 561
 - 128.2 O agravamento do risco, 564
 - 128.2.1 Agravamento do risco e embriaguez, 565
 - 128.3 A fraude no seguro, 566
 - 128.4 O suicídio involuntário, 568
 - 128.5 Outros atos ilícitos do segurado ou do beneficiado pelo seguro, 570
- 129 Questões polêmicas, 571
 - 129.1 Início da cobertura do seguro, 571
 - 129.2 Transferência do seguro, 572
 - 129.3 Ação direta do terceiro contra o segurador, 573
 - 129.4 Ação direta do beneficiário do seguro contra o segurador, 575
 - 129.5 Inexistência de ação direta do segurado contra o estipulante, 576
 - 129.6 Chamamento do segurador ao processo ou denúncia da lide?, 576
 - 129.7 Intervenção do Instituto de Resseguros do Brasil, 578
 - 129.8 A companheira como beneficiária do seguro de vida, 579
- 130 Prescrição, 579

Capítulo XVI – A Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo, 582

- 131 A problemática dos acidentes de consumo, 582
- 132 Modificações introduzidas pelo CDC na responsabilidade civil nas relações de consumo, 584
 - 132.1 Teoria do risco do empreendimento ou da atividade empresarial, 586
 - 132.2 Princípios fundamentais da disciplina da responsabilidade do fornecedor, 587
- 133 A sistemática do CDC – fato do produto e do serviço, 589
 - 133.1 Fato do produto – acidente de consumo, 590
 - 133.1.1 Conceito legal de defeito, 592
 - 133.2 O dever de segurança – fundamento da responsabilidade do fornecedor, 592
 - 133.2.1 O nexo causal entre o defeito e o dano, 595
 - 133.2.2 Risco inerente e risco adquirido – distinção, 595
 - 133.2.3 Produto perigoso e produto defeituoso, 596
 - 133.2.4 Risco permitido, 597
 - 133.2.5 Defeito de informação e o dever de informar, 597
 - 133.2.6 Limites do dever de informar, 598
 - 133.3 Os responsáveis, 599
 - 133.4 A solidariedade, 599
 - 133.5 Responsabilidade subsidiária do comerciante, 600
 - 133.6 Fato do serviço, 601
 - 133.7 Excludentes de responsabilidade do fornecedor, 604
 - 133.8 O risco do desenvolvimento, 610
 - 133.9 Inversão do ônus da prova *ope legis*, 613
- 134 Responsabilidade dos profissionais liberais, 615
- 135 Consumidor por equiparação, 616

- 136 O direito de regresso, 618
- 137 Responsabilidade por vício do produto e do serviço, 619
 - 137.1 Vício e defeito – distinção, 619
 - 137.2 Responsabilidade objetiva, 619
 - 137.3 Vício do produto e vício redibitório – distinção, 620
 - 137.3.1 Dano *circa rem* e *extra rem*, 620
 - 137.4 Os responsáveis, 622
 - 137.5 Vício de qualidade, 623
 - 137.6 Mecanismos reparatórios, 623
 - 137.7 Vício de quantidade, 626
 - 137.8 Vícios do serviço, 626
- 138 Decadência e prescrição no Código do Consumidor, 627
 - 138.1 Prescrição, 627
 - 138.2 Causas que suspendem ou interrompem a prescrição, 628
 - 138.3 Decadência, 629
 - 138.4 Suspensão da decadência, 631

Capítulo XVII – A Cláusula de não Indenizar, 634

- 139 Conceito, 634
- 140 Denominação, 634
- 141 Diferença entre causa de irresponsabilidade e cláusula de não indenizar, 635
- 142 Fundamento, 636
- 143 Limites, 636
 - 143.1 A ordem pública, 637
 - 143.2 Dolo e culpa grave, 638
 - 143.3 Elemento essencial do contrato, 639
 - 143.4 Limitações legais, 640
- 144 Conclusões, 642

Capítulo XVIII – Influência da Sentença Criminal sobre o Juízo da Reparação, 643

- 145 Tema polêmico, 643
- 146 Efeitos da sentença penal condenatória, 644
- 147 Unidade da falta e variedade de consequências, 645
- 148 A sentença penal absolutória, 647
 - 148.1 Sentença absolutória fundada em prova da inexistência do crime ou da autoria, 648
 - 148.2 Sentença absolutória fundada em falta de prova, 648
 - 148.3 Sentença absolutória por motivo peculiar do Direito Penal, 650
 - 148.4 Sentença absolutória fundada em excludente de ilicitude, 650
 - 148.5 Indenização por ato lícito, 651
 - 148.6 Sentença absolutória do Júri, 654
- 149 Sobrestamento do processo civil, 657
- 150 Repercussão da sentença penal na esfera administrativa, 658

Bibliografia, 661

Índice Alfabético-Remissivo, 667